

# DF - eleições PPR pode lançar Pedro Calmon ao Senado

PAULO GUSMÃO

A segunda vaga da coligação Brasília de Mãos Dadas (PSDB-PPR-PMN) ao Senado poderá ser preenchida pelo advogado Pedro Calmon. Ele já começou a colher assinaturas dos nove membros da Executiva do PPR, que, na carta de intenções firmada entre os três partidos, é o dono da vaga. Calmon esteve ontem com a candidata do PSDB ao Governo do Distrito Federal, Maria de Lourdes Abadia, que negou restrições ao nome do advogado por parte do seu partido.

“Nosso protocolo de intenções trata de vagas e não de nomes. Por isto a questão de quem vai ser indicado cabe única e exclusivamente ao PPR”, disse Abadia. Calmon entra como candidato na vaga que vinha sendo constantemente oferecida ao senador Maurício Corrêa. Os dois foram fundadores do PDT no Distrito Federal, mas, desde 1986, trocaram o palanque comum por farpas e processos.

Calmon afirmou que não teme resistência a seu nome por parte dos aliados do ex-ministro da Justiça. “Eles são poucos”. O advogado confirmou que o antigo candidato, Rosalvo Freire, estava “esquentando cadeira”, mas não para Maurício Corrêa. Portando um bilhete da deputada Maria de Lourdes, no qual ela nega interferências do PSDB na escolha dessa vaga, Calmon garante que no prazo de oito dias para que seja indicado o substituto de Rosalvo, já terá todas as assinaturas da executiva do partido. “Não existe no PPR ninguém contrário à minha postulação, até mesmo porque não há ninguém que

queira sair candidato ao Senado”.

**Curriculo** — Aos 57 anos, Pedro Calmon ficou conhecido graças a inúmeras ações de inconstitucionalidade que moveu. Entre as mais famosas está a do caso do leite de Chernobyl, quando evitou que 390 mil litros de leite importado da antiga União Soviética, e estocados nas Casas da Banha, fossem comercializados, já que possuíam índices de contaminação radioativa maiores que os disseminados pela cápsula de Césio-137, de Goiânia. Outra ação foi a movida contra o trem da alegria da Gráfica do Senado, onde 1.855 funcionários seriam contratados sem concurso. Esta ação se encontra ainda em tramitação na 3ª Vara Federal.

As desavenças com o senador começaram em 1986, quando Corrêa, então presidente do PDT, entrou com uma ação de despejo contra Calmon, responsável pela sede do partido. Calmon reagiu tempos depois, quando, através de um cliente, entrou com uma denúncia de sonegação fiscal contra Corrêa. “Maurício me acionou por difamação e calúnia. Os processos estão em andamento na 10ª Vara Federal, mas o final dos mesmos já é previsível: arquivamento. Isto porque nem Maurício era senador na época, o que descaracterizaria o crime de calúnia e difamação, assim como o de sonegação já prescreveu”, avaliou. Calmon não acredita que Maurício seja um obstáculo às suas pretensões eleitorais. Nós nos respeitamos como advogados que somos”, garantiu o provável candidato.

Alan Marques



Abadia disse a Pedro Calmon que não tem restrição contra ele